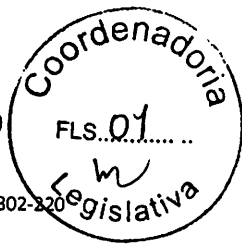




**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-320  
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



**GABINETE DR. MIGUEL**

# SÚMULA

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE:**

Nos termos da Resolução n. 11, de 03 de junho de 2013,  
registramos a seguinte Súmula:

*INDICAÇÃO LEGISLATIVA: ENVIAR A ESTA CASA DE LEIS, PROJETO DE LEI, QUE  
PROÍBE DEIXAR CACHORROS ACORRENTADOS E SEMPRE PRESOS.*

**SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE  
CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, em 19, de novembro, de 2018.**

**MIGUEL BATISTA RIBEIRO**  
Vereador - PRB

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**

Protocolo N.º 191 / 2018

Campe Mourão, 19/11/18 Horas 14:53

Marela  
PROTOCOLISTA

26/18 MW

**Poder Legislativo de Campo Mourão  
Processo nº 1887 / 2018**

Código Verificador : 15G6

Requerente:

MIGUEL BATISTA RIBEIRO

Data / Hora:

26/11/2018 13:49

Assunto:

Processo Legislativo

Subassunto:

Súmula



00000000000000009128

# **A COORDENADORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS CERTIFICA:**



REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_ /2018.

SÚMULA Nº 191 /2018.

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 11/2013.

**SOBRE A MATÉRIA:**

☒ não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto.

☐ existe o registro de súmula de outro Vereador e **CÓPIA ANEXO.**

**- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:**

☒ Necessita de análise Jurídica.

☐ a proposição é idêntica a outra (anexo) ☐ Já aprovada (167, I, a RI)  
☐ Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)  
☐ Já transformado em diploma legal (167, I, C)

☐ a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

☐ Em conformidade com o texto apresentado no requerimento nº /2017, datado em \_\_\_\_\_ do corrente ano, a divisão legislativa indica que o texto é semelhante à indicação e não de requerimento.

☐ TRATA-SE DE REQUERIMENTO E/OU PROJETO COM A MESMA OU OPOSTA FINALIDADE DE OUTRO JÁ APROVADO (ARTIGO 167, INCISO VI) CONFORME DOCUMENTO ANEXO.

**- QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO.**

☐ há óbice; a proposição está protocolizada de forma equivocada. Deveria ter sido protocolizada conforme o art. 128, § 1º inciso I, do regimento interno.

☐ A proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos.

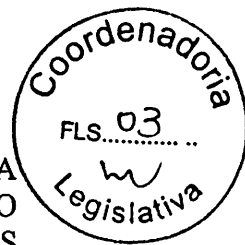
☐ A proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação - nº \_\_\_\_\_ /2017 (em anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "d", do R.I.

☒ A PROPOSIÇÃO TEM CONTEÚDO QUE FOI OBJETO DE INDICAÇÃO OU REQUERIMENTO APROVADOS NOS ÚLTIMOS 180 (CENTO E OITENTA DIAS) (CÓPIA ANEXO) - ART. 151, § 2º, INCISO II, ALÍNEA "E", DO R.I.

☐ A PROPOSIÇÃO REFERE-SE A OBJETIVO/META NÃO INCLUÍDO NO PLANO PLURIANUAL E LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, VIGENTES – ART. 128, § 2º, DO R.I.

Campo Mourão 23 de Novembro de 2018.

.....  
Marcelo Antônio Brandino Assis  
Coordenadoria de Assuntos Legislativos



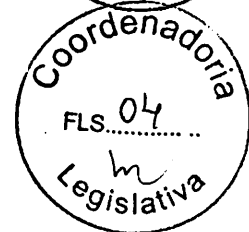
1695/2018 – 03/10 – INDICAÇÃO LEGISLATIVA – Elvira Schen – ENVIAR A ESTA CASA DE LEIS, PROJETO DE LEI QUE: “ESTABELECE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS PARA AQUELES QUE PRATICAREM MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

1880/2018 – 09/11 – INDICAÇÃO – Luiz Alfredo - REALIZAR AÇÕES VISANDO GARANTIR O BEM ESTAR DOS ANIMAIS VENDIDOS E/OU EXPOSTOS EM AGROPECUÁRIAS E LOJAS DO GÊNERO, ESPECIALMENTE DURANTE OS FINAIS DE SEMANA E FERIADOS.



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
ESTADO DO PARANÁ**

R: Francisco Ferreira Albuquerque, nº 1488 – Telefax: (44) 3518.5050 – CEP 87302-220 – Cx. Postal: 450  
C.N.P.J 79.869.772/0001-14  
www.cmcm.pr.gov.br  
Gabinete da Vereadora Elvira Schen - PPS



**INDICAÇÃO LEGISLATIVA**

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo N.º 1695/2018

Campo Mourão, 03/10/18 Horas 13:44

marcelo

PROTOCOLISTA

A Vereadora que o presente subscreve, ao usar das atribuições conferidas pelo Artigo 128, §1º, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, **INDICA** à Mesa Diretiva, o envio de ofício ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO TAUILLO TEZELLI**, para que envie a esta Casa de Leis, o Projeto de Lei, que:

**“ESTABELECE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS PARA AQUELES QUE PRATICAREM MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**JUSTIFICATIVA:**

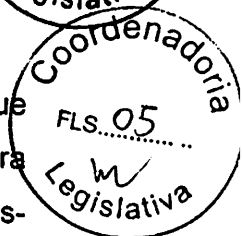
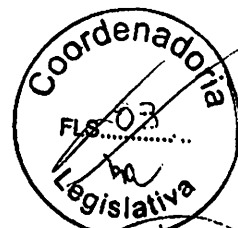
A nova redação proposta neste Projeto de Lei é a atualização da legislação de proteção animal contemplando novos preceitos, compatíveis com

*Elvira Schen*



## PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

R: Francisco Ferreira Albuquerque, nº.1488 – Telefax:(44) 3518.5050 – CEP 87302-220 – Cx. Postal: 450  
C.N.P.J 79.869.772/0001-14  
www.cmcm.pr.gov.br  
Gabinete da Vereadora Elvira Schen - PPS



uma nova demanda da sociedade. Esta proposta apresenta uma estrutura que inclui temas antes não abordados na Lei nº 1410 e tem por objetivo contribuir para a proteção da vida animal, em virtude dos inúmeros casos de agressão, maus-tratos e abandono nos quais são submetidos.

**SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO  
MOURÃO, ESTADO DO PARANÁ EM 03 DE OUTUBRO DE 2018.**

  
**ELVIRA SCHEN**  
Vereadora – PPS



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
ESTADO DO PARANÁ**

R: Francisco Ferreira Albuquerque, nº 1488 – Telefax: (44) 3518.5050 – CEP 87302-220 – Cx. Postal: 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

www.cmcn.pr.gov.br

Gabinete da Vereadora Elvira Schen - PPS



MINUTA DO PROJETO DE LEI Nº. \_\_\_\_\_/2018

**“ESTABELECE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS PARA AQUELES QUE PRATICAREM MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**O PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO,**  
Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte:

**LEI:**

**Art. 1º.** Fica proibida, no âmbito do Município de Campo Mourão, a prática de maus-tratos contra animais.

**Art. 2º.** Para os efeitos desta Lei, entende-se por maus-tratos contra animais toda e qualquer ação decorrente de imprudência, imperícia ou ato voluntário e intencional que atente contra sua saúde e necessidades naturais, físicas e mentais, conforme estabelecido nos incisos abaixo:

I – mantê-los sem abrigo ou em lugares em condições inadequadas ao seu porte e espécie ou que lhes ocasionem desconforto físico ou mental;

II – privá-los de necessidades básicas, tais como alimento adequado à espécie e água;

III – lesar ou agredir os animais (por espancamento, lapidação, por instrumentos cortantes, contundentes, por substâncias químicas, escaldantes, tóxicas, por fogo ou outros), sujeitando-os a qualquer experiência, prática ou atividade capaz de causar-lhes sofrimento, dano físico ou mental ou morte;

IV – abandoná-los, em quaisquer circunstâncias;

V – obrigá-los a trabalhos excessivos ou superiores as suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento, para deles obter esforços ou comportamento que não se alcançariam senão sob coerção;

VI – castigá-los, física ou mentalmente, ainda que para aprendizagem ou adestramento;

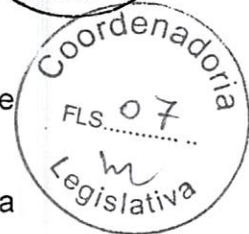
*Elvira*





## PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

R: Francisco Ferreira Albuquerque, nº 1488 – Telefax: (44) 3518.5050 – CEP 87302-220 – Cx. Postal: 450  
C.N.P.J 79.869.772/0001-14  
www.cmcn.pr.gov.br  
Gabinete da Vereadora Elvira Schen - PPS



VII – criá-los, mantê-los ou expô-los em recintos desprovidos de limpeza e desinfecção;

VIII – utilizá-los em confrontos ou lutas, entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;

IX – provocar-lhes envenenamento, podendo causar-lhes morte ou não;

X – eliminação de cães e gatos como método de controle de dinâmica populacional;

XI – não propiciar morte rápida e indolor a todo animal cuja eutanásia seja necessária;

XII – exercitá-los ou conduzi-los presos a veículo motorizado em movimento;

XIII – abusá-los sexualmente;

XIV – enclausurá-los com outros que os molestem;

XV – promover distúrbio psicológico e comportamental;

XVI – deixar, o motorista ou qualquer outro passageiro do veículo, de prestar o devido atendimento a animais atropelados;

XVII – outras práticas que possam ser consideradas e constatadas como maus-tratos pela autoridade ambiental, sanitária, policial, judicial ou outra qualquer com esta competência.

§ 1.º Não se considera maus-tratos contra animais a prática regular de Rodeio, Prova de Montaria, Prova de Laço, Apartação, Prova de Rédeas, Prova de Balizas, Prova dos Três Tambores, *Team Penning*, *Work Penning*, *Ranch Sorting*, Hipismo Clássico e Hipismo Rural.

§ 2.º Serão considerados abandonados, nos termos do disposto no inciso IV do art. 2.º, *caput*, desta Lei:

I – os animais tutelados soltos em vias públicas;

II – os animais deixados em abrigos públicos e privados, salvo com orientação expressa do responsável pelo abrigo.

**Art. 3º.** Entende-se por animais, para os fins desta Lei, todo ser vivo pertencente ao reino animal, excetuando-se o *Homo sapiens*, abrangendo inclusive:

I – a fauna urbana não domiciliada, nativa ou exótica;

*Oliver*



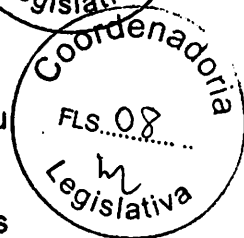
## PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

R: Francisco Ferreira Albuquerque, nº. 1488 – Telefax: (44) 3518.5050 – CEP 87302-220 – Cx. Postal: 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

www.cmcm.pr.gov.br

Gabinete da Vereadora Elvira Schen - PPS



II – a fauna domesticada e domiciliada, de estimação ou companhia, nativa ou exótica;

III – a fauna nativa ou exótica que componha plantéis particulares para qualquer finalidade.

**Parágrafo único.** Não serão considerados maus-tratos, para efeito do disposto nesta Lei, o abate humanitário de animais criados para produção e consumo e o controle ou erradicação de animais sinantrópicos, conforme lei específica.

**Art. 4º.** No caso de animais abandonados em residência cujo locatário tenha rescindido o contrato e deixado de residir no local, a responsabilidade será do locador e do locatário, que responderão solidariamente pelas penalidades previstas nesta Lei.

**Art. 5º.** Toda ação ou omissão que viole as normas desta Lei é considerada infração administrativa ambiental e será punida com as sanções aqui previstas, sem prejuízo de outras sanções civis ou penais previstas em legislação.

**§ 1.º** As infrações administrativas serão punidas com as seguintes sanções:

I – advertência, por escrito;

II – multa, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil) reais;

III – apreensão de animais, instrumentos, apetrechos ou equipamentos de qualquer natureza utilizados na infração;

IV – destruição ou inutilização de produtos;

V – suspensão parcial ou total das atividades;

VI – sanções restritivas de direito.

**§ 2.º** Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

**§ 3.º** A advertência será aplicada pela inobservância das disposições da legislação em vigor, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

**§ 4.º** O descumprimento das exigências contidas na advertência por escrito, após o decurso do prazo de 2 (dois) dias úteis para atendimento, acarretará na conversão da advertência em multa, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

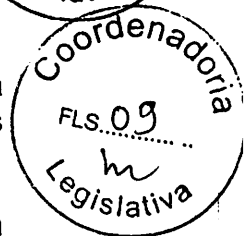
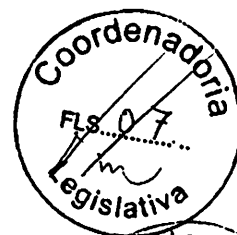
*Elvira*





## PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

R: Francisco Ferreira Albuquerque, nº. 1488 – Telefax: (44) 3518.5050 – CEP 87302-220 – Cx. Postal: 450  
C.N.P.J 79.869.772/0001-14  
www.cmcm.pr.gov.br  
Gabinete da Vereadora Elvira Schen - PPS



§ 5.º A multa a que se refere o inciso II do § 1.º deste artigo será aplicada sempre que o agente infrator incidir nas condutas descritas nos incisos III, IV, V, IX, XIII e XIV do art. 2.º, *caput*, desta Lei.

§ 6.º Havendo reincidência no cometimento da infração, a penalidade de multa será aplicada em dobro.

§ 7.º As sanções restritivas de direito são:

I – suspensão de registro, licença, permissão, autorização ou alvará;

II – cassação de registro, licença, permissão, autorização ou alvará;

III – proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de 3 (três) anos;

IV – guarda do animal.

§ 8.º Terão penalidades reguladas em legislações específicas as hipóteses em que o agente infrator:

I – opuser embaraço aos agentes de fiscalização;

II – deixar de cumprir a legislação ambiental ou determinação expressa da Administração Municipal;

III – deixar de cumprir auto de embargo ou de suspensão de atividade.

**Art. 6º.** As penalidades serão aplicadas através de impresso próprio, com a identificação do autuado, a descrição clara e objetiva das infrações administrativas constatadas, as exigências para regularização, quando possível, e a indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos.

**Art. 7º.** As multas previstas nesta Lei serão reajustadas anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será adotado outro criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

**Art. 8º.** Será assegurado ao infrator desta Lei o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos seguintes termos:

I – 10 (dez) dias para o agente infrator oferecer defesa ou impugnação em primeira instância, contados da data da ciência da notificação da penalidade;

*Elvira Schen*



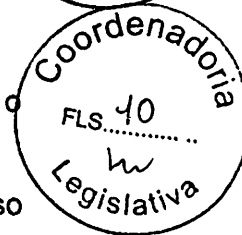
## PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

R: Francisco Ferreira Albuquerque, nº. 1488 – Telefax: (44) 3518.5050 – CEP 87302-220 – Cx. Postal: 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

www.cmcm.pr.gov.br

Gabinete da Vereadora Elvira Schen - PPS



II – 20 (vinte) dias para a autoridade competente julgar o processo de recurso em primeira instância;

III – em caso de não concordância com a decisão do processo de recurso em primeira instância, 10 (dez) dias para recorrer da decisão.

**Art. 9º.** O agente infrator será notificado quanto à aplicação de qualquer sanção ou da decisão dos recursos em primeira e segunda instância:

I – pessoalmente ou por meio eletrônico, através do portal Acesso Cidadão;

II – pelo correio, através de correspondência com aviso de recebimento (A.R.);

III – por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

§ 1.º Se o agente infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, deverá o agente fiscal, munido de, no mínimo, uma testemunha, cientificar no verso da notificação e/ou auto de infração a recusa do infrator, contando-se a data de ciência a partir da respectiva notificação.

§ 2.º Na hipótese do inciso III do *caput* deste artigo o edital será publicado no Órgão Oficial do Município, considerando-se efetivada a notificação 3 (três) dias úteis após a data da publicação.

**Art. 10.** Não será admitida a concessão de desconto no pagamento das multas estabelecidas por esta Lei, nem o seu cancelamento, salvo por vícios processuais, desde que comprovados, que culminem na nulidade do ato.

**Art. 11.** Os valores arrecadados com o pagamento das multas serão recolhidos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, para aplicação em programas, projetos e ações ambientais voltados à defesa e proteção dos animais.

**Art. 12.** O não pagamento da multa dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, implicará na inscrição do débito em dívida ativa e demais cominações contidas na legislação tributária municipal.

**Parágrafo único.** Não se observará o disposto no *caput* deste artigo enquanto não expirados os prazos para defesa previstos no artigo 8.º desta Lei.

**Art. 13.** Na constatação de maus-tratos, o infrator receberá as orientações técnicas que se fizerem necessárias sobre como proceder em relação ao que seja constatado com o(s) animal(is) sob a sua guarda.

§ 1.º Ao infrator, caberá a guarda do(s) animal(is).

*Elvira*



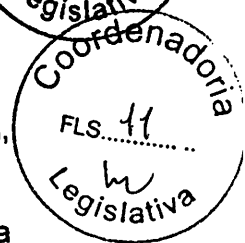
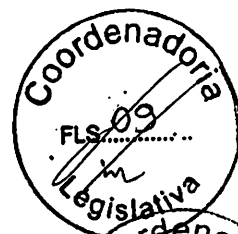
## PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

R: Francisco Ferreira Albuquerque, nº 1488 – Telefax: (44) 3518.5050 – CEP 87302-220 – Cx. Postal: 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

www.cmcn.pr.gov.br

Gabinete da Vereadora Elvira Schen - PPS



§ 2.º Caso constatada a necessidade de assistência veterinária, deverá o infrator providenciar o atendimento particular.

§ 3.º Em caso da constatação da falta de condição mínima para a manutenção do(s) animal(is) sob a guarda do infrator, fato este constatado no ato da fiscalização pela autoridade competente, fica autorizada ao Município a remoção do(s) mesmo(s), se necessário com o auxílio de força policial. Caberá ao Município promover a recuperação do(s) animal(is) (quando pertinente) em local específico, bem como destiná-lo(s) para a adoção, devidamente identificado(s).

§ 4.º Os animais que pela sua natureza ou inadequação não sejam passíveis de adoção pela comunidade serão libertados em seu *habitat* ou entregues a jardins zoológicos, fundações, santuários ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados ou que possam ser absorvidos e adaptados ao ecossistema receptor.

**Art. 14.** Fica a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente a fiscalização dos atos decorrentes da aplicação desta Lei.

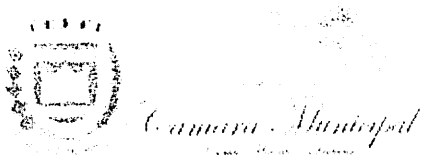
**Parágrafo único.** As ações de fiscalização a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente poderão ser executadas em conjunto com outras secretarias e demais órgãos e entidades públicas.

**Art. 15.** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1410 de 4 de dezembro de 2001.

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

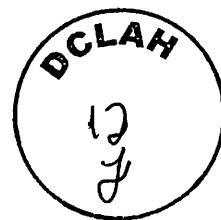
SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, ESTADO DO PARANÁ EM 03 DE OUTUBRO DE 2018.

  
ELVIRA SCHEN  
Vereadora – PPS



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
Cx. Postal 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



**O DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E ARQUIVO HISTÓRICO  
CERTIFICA:**

*Proposição: Súmula nº 191/2018 – Dr. Miguel*

*INDICAÇÃO LEGISLATIVA: ENVIAR A ESTA CASA DE LEIS, PROJETO DE LEI, QUE  
PROÍBE DEIXAR CACHORROS ACORRENTADOS E SEMPRE PRESOS.*

**- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL  
DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:**

☐ Não

☒ Sim (Legislação em anexo)

Lei 1410/2001 – Dispõe sobre a criação, posse, guarda e controle populacional de cães e gatos no Município de Campo Mourão.

Lei 2348/2008 – Dispõe sobre a proibição da estadia de espetáculos circenses, teatrais e similares no município, que utilizem animais silvestres ou domesticados, nativos ou exóticos em suas apresentações, e dá outras providências.

Lei 2519/2009 – Proíbe a propaganda com objetivo de comercializar cães e gatos em locais públicos do Município de Campo Mourão.

Lei 3310/2013 – Institui o “Dia Municipal da Proteção e Respeito aos Animais”, no Município de Campo Mourão e dá outras providências.

Lei 3528/2014 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da criação de registro para controle da comercialização de animais de estimação nos estabelecimentos comerciais do Município de Campo Mourão, e dá outras providências.

Lei Complementar 15/2006 - Institui o Código de Saúde de Campo Mourão e da outras providências.

Decreto 2949/2004 – Regulamenta a Lei Municipal nº 1.410, de 4 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a criação, posse, guarda e controle populacional de cães e gatos no Município de Campo Mourão.

**- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:**

☐ NENHUM ÓBICE QUANTO A TRAMITAÇÃO.

☐ Já aprovada (167, I, a RI)



*Campanha Municipal*

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
Cx. Postal 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



*Proposição: Súmula nº 191/2018 – Dr. Miguel*

- ( ) Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167,I, b)
- ( ) Já transformado "integralmente" em diploma legal (167,I,C), necessitando de análise Jurídica.
- (X) Já transformado "parcialmente" em diploma legal (167,I,C), necessitando de análise Jurídica.
- ( ) A proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

Campo Mourão, 3 de dezembro de 2018.

JULIANA GODOI      Assinado de forma digital  
DEL                      por JULIANA GODOI DEL  
CANALE:0613946      CANALE:06139464994  
4994                      Dados: 2018.12.03  
                                 13:49:56 -02'00'

.....  
**JULIANA GODOI DEL CANALE**  
Departamento de Controle Legislativo  
e Arquivo Histórico



*Câmara Municipal*

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
Cx. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO Nº  
646/2001

**LEI Nº 1410  
De 4 de dezembro de 2001**

Dispõe sobre a criação, posse, guarda e controle populacional de cães e gatos no Município de Campo Mourão.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** É livre a criação, posse e guarda de cães e gatos de qualquer raça ou sem raça definida no Município de Campo Mourão, obedecidas as determinações desta Lei.

**Art. 2º** Constituem objetivos básicos da presente Lei:

- I - prevenir, reduzir ou eliminar os riscos à saúde pública causados pelas zoonoses;
- II - promover o bem estar da população humana, evitando-lhe danos ou incômodos causados pelos animais;
- III - prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento dos animais.

**Art. 3º** Todos os cães e gatos residentes no Município de Campo Mourão deverão ser registrados no órgão competente da Administração Municipal, em conformidade com o Decreto Municipal nº 1322/96.

**§ 1º** O registro deverá, obrigatoriamente, ser providenciado pelo proprietário ou possuidor do animal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação da presente Lei.

**§ 2º** Após o nascimento, todos os cães e gatos deverão ser registrados entre o terceiro ao sexto mês de idade.

**§ 3º** Vencido o prazo estipulado no § 1º, os proprietários ou possuidores de animais estarão sujeitos a:

- a) notificação por fiscal municipal, para que proceda ao registro no prazo de 30 (trinta) dias;
- b) vencido o prazo, multas de R\$ 5,00 (cinco reais), por animal não registrado.



*Campos Mourão*

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
Cx. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



**Art. 4º** Todo animal registrado receberá uma plaqueta de identificação com número correspondente ao registro, que deverá, obrigatoriamente, ser fixado junto à sua coleira.

**Art. 5º** Todos cães e gatos do Município de Campo Mourão deverão, obrigatoriamente, ser vacinados, anualmente, contra a raiva.

**Parágrafo único.** A comprovação de vacina anti-rábica se faz através de carteira emitida por Médico Veterinário, devendo nesta constar as seguintes informações:

- I - identificação do proprietário;
- II - identificação do animal;
- III - dados da vacina;
- IV - dados da vacinação;
- V - identificação do Médico Veterinário; e,
- VI - número de inscrição do animal, quando este já existir.

**Art. 6º** Os proprietários de cães e gatos ficam obrigados a mantê-los em condições adequadas de alojamento, com a necessária segurança a terceiros e a proporcionar-lhes alimentação, saúde e bem-estar.

**Parágrafo único.** Nos locais de qualquer natureza, onde permanecer cão bravo, deverá ser fixada placa comunicando o fato, em tamanho e visibilidade compatíveis à leitura a distância.

**Art. 7º** Não serão permitidos, em residência particular, a criação, o alojamento e a manutenção de mais de 10 (dez) cães ou gatos, com idade superior a noventa dias.

I - a criação de animais em número superior ao permitido pelo *caput* deste artigo somente será permitido mediante prévia declaração e registro de tal fato junto à Administração;

II - a criação, alojamento e manutenção de animais em quantidade superior ao descrito no *caput* deste artigo, destinada à comercialização dos animais, necessita de licença prévia para funcionamento, devendo os indivíduos ou empresas que atuarem no ramo dispor de instalações sanitariamente adequadas, assim como possuir Médico Veterinário responsável.

**Art. 8º** O não cumprimento do estabelecido nos artigos 5º, 6º e 7º implica em:

- I - notificação para a regularização em 30 (trinta) dias;
- II - vencido o prazo, multa de R\$ 10,00 (dez reais) por animal em situação irregular.

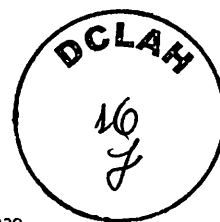




*Comissão Municipal*  
*de Meio Ambiente*

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
Cx. Postal 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



**Art. 9º** É proibido o abandono de animais indesejáveis, por qualquer motivo, em área pública ou privada.

**Art. 10.** Em caso de morte do animal, cabe ao proprietário a disposição adequada do cadáver, ou o seu encaminhamento ao serviço municipal de limpeza pública, que tomará as devidas providências.

**Art. 11.** O não cumprimento do estabelecido nos artigos 9º e 10 implica em:

- I - notificação do responsável para a imediata remoção do animal ou cadáver;
- II - não adotadas as providências, multa de R\$ 100,00 (cem reais), por animal.

**Art. 12.** Os criadores e estabelecimentos comerciais de animais de qualquer espécie, são obrigados a se registrar no órgão municipal competente, sendo obrigatória a indicação de Médico Veterinário responsável pela criação e/ou controle sanitário dos animais.

**Art. 13.** O adestramento de animais deve ser realizado com a devida contenção e ética, em locais particulares e somente por profissional habilitado, vinculado a clube cinófilo oficial.

**Parágrafo único.** Se a prática de adestramento fizer parte de exibição cultural e ou educativa, o evento deverá ser previamente autorizado pelo órgão municipal competente.

**Art. 14.** O não cumprimento do estabelecido nos artigos 12 e 13 implica em:

- I - notificação para regularização no prazo de 30 (trinta) dias;
- II - multa de R\$ 100,00 (cem reais), por animal;
- III - persistindo a irregularidade, suspensão da atividade e envio à autoridade responsável pela aplicação da Lei de crimes ambientais.

**Art. 15.** Todo cão a ser conduzido em vias e logradouros públicos deve, obrigatoriamente, usar coleira e guia, adequadas ao seu tamanho e porte, com a plaqueta de identificação devidamente posicionada.

**§ 1º** O condutor do animal fica obrigado a recolher os dejetos fecais expelidos pelo mesmo nas vias e logradouros públicos.

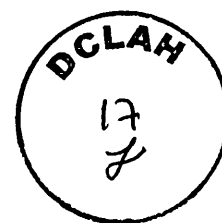
**§ 2º** É vedada a condução de cães e/ou outros animais nos parques municipais.



*Campo Mourão*

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
Cx. Postal 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



§ 3º Cachorros de grande porte de raças como por exemplo doberman, rottweiler, boxer, buldog campeiro, labrador, pastor alemão, fila, pit bull, entre outros, ficam obrigados a portar focinheira quando conduzidos nas ruas e avenidas de Campo Mourão. (Redação dada pela Lei 2189/2007)

§ 4º Aplica-se ao parágrafo anterior as mesmas regras do parágrafo segundo deste artigo. (Redação dada pela Lei 2189/2007)

~~§ 5º O não cumprimento do disposto nos parágrafos terceiro e quarto deste artigo acarretará ao condutor e/ou proprietário do animal uma multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por infração cometida e por animal conduzido". (Redação dada pela Lei 2189/2007)~~

§ 5º O não cumprimento ao disposto nos parágrafos deste artigo acarretará ao condutor e/ou proprietário do animal uma multa no valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município de Campo Mourão - UFCM's por infração cometida e por animal conduzido. (Redação dada pela Lei 2611/2010)

§ 6º Os cães citados no §3º deverão ser mantidos em quintais totalmente cercados por grades ou muros, de no mínimo 2 m (dois metros) de altura, e que possuam canis com as seguintes características: (Redação dada pela Lei 2611/2010)

I - serem totalmente cercados com grades ou muros da mesma altura das grades ou muros que cercam o quintal;

II - possuírem uma área coberta de no mínimo 4m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados);

III - deverão ser construídos de frente para a direção de onde nasce o sol no inverno, permitindo que durante o período da manhã (entre sete e dez horas) o sol possa penetrar na área coberta;

IV - possuírem portão extremamente seguro, de forma que não permita que o cão escape com o uso de sua força ou ao pular;

V - a cama deverá ser construída com madeira especial dura, de modo que não se estrague facilmente com as mordidas dos cães.

§ 7º Nas residências onde se encontrarem estes canis, será obrigatória a fixação de placa, em local visível, indicando a presença de cão bravo. (Redação dada pela Lei 2611/2010)

§ 8º Os proprietários destes animais são responsáveis pelos danos físicos e materiais causados em virtude de agressão a outras pessoas ou outros animais, salvo quando a agressão for decorrente de invasão ilícita de propriedade. (Redação dada pela Lei 2611/2010)

**Art. 16.** O não cumprimento ao estabelecido no artigo anterior e seus parágrafos implica em:

I - multa de R\$ 10,00 (dez reais), por infração cometida.

**Art. 17.** Para fins de controle populacional de cães e gatos, fica autorizada a castração de animais caninos e felinos, no âmbito do território municipal.

§ 1º Para o controle da proliferação desordenada de cães e gatos que tenham como proprietários pessoas carentes, o poder público municipal poderá elaborar e coordenar programa em caráter temporário ou permanente, contando para



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



isso com a equipe de Médicos Veterinários do Hospital Veterinário, assim como com as Clínicas Veterinárias que demonstrem interesse em participar do programa.

**§ 2º** Os custos decorrentes da realização do programa para o controle de natalidade da população canina e felina das famílias carentes, serão definidos pela municipalidade, em conjunto com os demais órgãos envolvidos, obedecidos os seguintes critérios:

I - ao Município caberá o ônus de fornecer o material informativo aplicado na divulgação, através dos meios de comunicação escrita, falada, palestras em escolas, e ampla distribuição ao público em geral;

II - o Hospital Veterinário e as Clínicas Veterinárias participantes, cobrarão as despesas restritas aos serviços prestados, correspondentes aos equipamentos utilizados e medicamentos aplicados, devidamente aprovados pelo setor responsável na municipalidade pela execução do programa de capturas de animais errantes;

III - ao Município caberão ainda, o cadastramento e avaliação das condições sócio-econômicas das famílias carentes para encaminhamento e atendimento dentro do Programa de Controle de Natalidade Animal.

**Art. 18.** É proibida a permanência de animais soltos nas vias, logradouros públicos e nos terrenos particulares não edificadas da zona urbana do Município.

**Art. 19.** Será capturado, apreendido e recolhido ao depósito municipal, em conformidade com o Decreto 1322/96, todo e qualquer animal:

I - encontrado solto nas vias, logradouros públicos e terrenos não edificadas;

II - suspeito de raiva ou outra zoonose;

III - mantido em condições inadequadas de vida ou alojamento;

IV - submetido a maus tratos por seu proprietário ou possuidor.

**Parágrafo único.** O Poder Público Municipal não responderá por indenizações nos casos de:

I - dano ou óbito do animal apreendido;

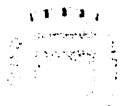
II - eventuais danos materiais ou pessoais causados pelo animal durante o ato da apreensão.

**Art. 20.** Será denunciada ao Ministério Público a pessoa ou grupo de pessoas que, por qualquer meio, prejudicar ou impedir a ação do servidor responsável pela captura e apreensão.

**Art. 21.** Os animais capturados e apreendidos poderão ter as seguintes destinações, a critério da autoridade municipal responsável pela apreensão:

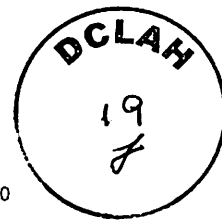
I - resgate pelo proprietário, até o terceiro dia útil da apreensão;

II - leilão em praça pública, após o terceiro dia útil da apreensão;



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



III - adoção, por pessoas ou entidades protetoras de animais legalmente constituídas;

IV - doação, para fins científicos a instituições de ensino e pesquisa;

V - sacrifício humanitário, quando, por Médico Veterinário, for atestado mal estado sanitário.

**Art. 22.** Para resgate o proprietário obriga-se em pagar a multa correspondente, acrescida das despesas de manutenção do animal, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1322/96.

**Art. 23.** O órgão municipal responsável pela execução do programa de captura de animais errantes, deverá promover campanhas de conscientização da população a respeito da posse responsável de animais domésticos, podendo para tanto contar com parcerias de órgãos governamentais e não governamentais, universidades, empresas públicas e/ou privadas.

**Art. 24.** As campanhas referidas no artigo anterior deverão abranger o maior número de meios de comunicação, além de contar com material educativo impresso.

**Art. 25.** O Município não autorizará a fixação de faixas, "banners" e similares, bem como "outdoors", pintura de veículos ou fachadas de imóveis com imagens ou textos que realcem a ferocidade de cães ou gatos de qualquer raça, bem como a associação desses animais com imagens de violência.

**Parágrafo único.** Em caso de infração ao disposto no *caput* deste artigo, o infrator, pessoa física ou jurídica, estará sujeito a:

I - notificação para sanar a irregularidade de imediato;

II - persistindo a situação, multa de R\$ 30,00 (trinta reais), dobrada na reincidência.

**Art. 26.** Compete aos fiscais municipais a aplicação de todas as penalidades previstas na presente Lei.

**Art. 27.** As multas serão corrigidas, anualmente, pelo índice de variação inflacionária, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

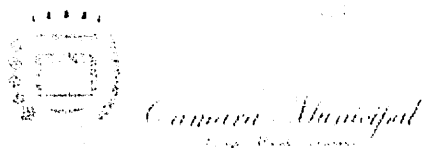
**Art. 28.** O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação da mesma.

**Art. 29.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 30.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

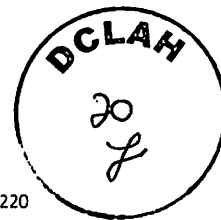
**PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"**  
Campo Mourão, 4 de dezembro de 2001

Tauillo Tezelli  
**Prefeito Municipal**



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



**LEI Nº 2348**

de 31 de Março de 2008

**DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ESTADIA DE ESPETÁCULOS CIRCENSES, TEATRAIS E SIMILARES NO MUNICÍPIO, QUE UTILIZEM ANIMAIS SILVESTRES OU DOMESTICADOS, NATIVOS OU EXÓTICOS EM SUAS APRESENTAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente do Poder Legislativo, Vereador Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira, no uso das atribuições contidas no § 7º, do artigo 33, da Lei Orgânica Municipal, promulgo a seguinte **LEI**:

**Art. 1º** Fica proibida a estadia de espetáculos circenses, teatrais e similares no Município de Campo Mourão, quando estes utilizarem, explorarem ou mantiverem animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, em espetáculos, cativeiros ou similares, e que tenham como atrativo sua exibição ou exploração.

**Parágrafo Único** - Excetuam-se à presente Lei:

I - os parques zoológicos e exposição zoológica devidamente licenciada pelos órgãos ambientais municipais;

II - as exposições de animais por estabelecimento comerciais, onde o principal objetivo é a venda destes, desde que estejam devidamente licenciadas na Prefeitura Municipal e atendam à Legislação Ambiental e Sanitária;

III - as exposições de animais organizadas por entidades governamentais ou não-governamentais, desde que devidamente licenciados e que tenham caráter científico, educacional, protetional ou de doação à comunidade;

IV - eventos e competições com característica tradicionalista, como rodeios, festas campeiras, torneios de laço, cavalgadas e outras atividades afins.

**Art. 2º** O descumprimento às disposições desta Lei implicará na retirada do espetáculo ou similar do território municipal, cumulado com multa de 10.000 (dez mil) UFCM – Unidade Fiscal de Campo Mourão, bem como a apreensão e destinação do animal, da seguinte forma:

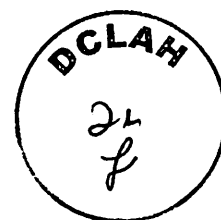
I - quando animal silvestre ou nativo, receberá tratamento veterinário



*Câmara Municipal*

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
Cx. Postal 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



e posterior entrega ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA ou Instituto Ambiental do Paraná;

II - quando animal doméstico, domesticado ou exótico, receberá tratamento veterinário e posteriormente será devolvido ao respectivo dono, quando este já estiver fora de jurisdição municipal.

**Art. 3º** A multa a que se refere o artigo anterior será recolhida pelos órgãos competentes do Poder Executivo Municipal e destinada à Secretaria Municipal que tem como atribuição o meio ambiente, podendo ser destinada a instituições de proteção e cuidados dos animais, sediadas no Município sob aprovação do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, em 31 de março de 2008.

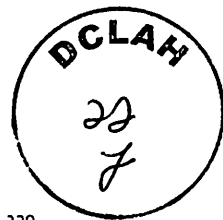
**Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira**  
Presidente



*Câmara Municipal*  
de Campo Mourão

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
Cx. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



**LEI Nº. 2519**

De 16 de novembro de 2009.

**PROIBE A PROPAGANDA COM OBJETIVO DE  
COMERCIALIZAR CÃES E GATOS EM LOCAIS  
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º, do artigo 33, da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º.** Fica proibida a propaganda com o objetivo de comercializar cães e gatos em locais públicos do Município de Campo Mourão.

**Parágrafo único.** A propaganda de que trata o "caput" deste artigo é qualquer forma de divulgação que estimule ou sugira comercialização.

**Art. 2º.** Esta Lei deverá ser regulamentada no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, em 16 de novembro de 2009.

Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira  
**Presidente**





*Campo Mourão*

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



PUBLICADO NO ORGÃO OFICIAL DO  
MUNICÍPIO Nº 1681/2013

DE 20/12/2013

**LEI Nº 3310**

De 19 de dezembro de 2013.

Institui o “Dia Municipal da Proteção e Respeito aos Animais”, no Município de Campo Mourão e dá outras providências.

O PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** Fica instituído o “Dia Municipal de Proteção e Respeito aos Animais” no Município de Campo Mourão, que será comemorado no primeiro sábado do mês de outubro de cada ano.

**Parágrafo único.** Por proteção aos animais entende-se o conjunto de ações destinadas a promover o respeito à vida, à integridade física e psíquica dos animais, visando o seu bem-estar.

**Art. 2º** O Dia ora instituído passara a constar no calendário oficial de eventos do Município.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL “10 DE OUTUBRO”**  
Campo Mourão, 19 de dezembro de 2013

Regina Massaretto Bronzel Dubay  
**Prefeita Municipal**

Carla Fabiana Hermann Zagotto Consalter  
**Procuradora-Geral**



*Câmara Municipal*

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL DO  
MUNICÍPIO Nº 1779/2014

DE 16/12/2014

**LEI N. 3528/2014.**  
De 10 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a obrigatoriedade da criação de registro para controle da comercialização de animais de estimação nos estabelecimentos comerciais do Município de Campo Mourão, e dá outras providências.

**O PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º.** Fica determinado que todos os estabelecimentos comerciais, destinados à comercialização de animais de estimação, localizados no Município de Campo Mourão, mantenham um registro atualizado de todos os animais transacionados, inclusive, dos animais que não forem vendidos.

**Parágrafo único.** São entendidos como animais de estimação, para os efeitos desta lei, cães, gatos, coelhos, pássaros, roedores de forma em geral e outros animais exóticos ou domésticos reproduzidos com o fim específico de comercialização.

**Art. 2º.** Todos os animais devem ser regularmente registrados no momento em que chegarem aos estabelecimentos comerciais, ora atingidos pela presente Lei.

**Art. 3º.** Em todo registro deve obrigatoriamente constar à espécie, raça, sexo, cor, data de nascimento real ou presumida, as marcas, sinais e cicatrizes peculiares e aparentes, se existirem, de cada animal.

**Art. 4º.** No momento de cada transação de animal de estimação, deve ser descrito no obrigatório registro o nome, números da identidade e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), endereço completo e telefones do efetivo comprador.

**Parágrafo único.** O comprador ou responsável pela aquisição deve ter, quando da compra, 18 (dezoito) anos completos.

**Art. 5º.** Os animais de estimação que não forem adquiridos por outrem, poderão ser doados a quem se disponha a adotá-los, sendo obrigatório a inclusão, no registro, dos dados da pessoa que os adotar, na mesma forma que previsto no artigo 4º desta Lei para o efetivo comprador.

**Parágrafo único.** Ficam terminantemente vedados o sacrifício e o abandono dos animais que não forem comercializados.



*Câmara Municipal*  
CAMPOMOURÃO

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



**Art. 6º.** Todos os proprietários dos estabelecimentos comerciais atingidos por esta Lei, devem enviar, trimestralmente, ao Poder Executivo Municipal, uma cópia das atualizações dos citados registros.

**Art. 7º.** A infração de quaisquer das previsões decorrentes desta Lei, serão regulamentadas por decreto pelo Poder Executivo Municipal.

**Art. 8º.** O Poder Executivo Municipal, através do órgão com competência, regulamentará esta Lei no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"**  
Campo Mourão, 10 de dezembro de 2014.

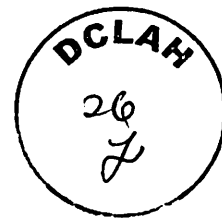
**Regina Massaretto Bronzel Dubay**  
Prefeita Municipal



*Município de Campo Mourão*

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL DO  
MUNICÍPIO Nº 1039/2006  
DE 01/12/2006

**LEI COMPLEMENTAR Nº 015/2006**  
**De 29 de novembro de 2006**

Institui o Código de Saúde de Campo Mourão e da outras providências.

O PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

**LEI COMPLEMENTAR:**

**SANEAMENTO DAS ZONAS URBANAS, AGRÍCOLAS E CRIAÇÃO DE ANIMAIS**

**Artigo 29.** Toda e qualquer instalação destinada à criação, manutenção e à reprodução de animais de companhia, em zona urbana, deve ser construída, mantida e operada em condições sanitárias estabelecidas em normas técnicas e segundo os critérios estabelecidos em regulamento próprio e que não causem incômodo à população, e desde que obedeçam ao máximo de animais permitidos pela presente lei.

**Artigo 30.** A criação, manutenção e a reprodução de animais, que se encontrarem em desacordo com a legislação sanitária, poderão ser apreendidos pela autoridade sanitária e a critério desta, poderão ser destinados à doação, adoção, leilão em hasta pública, sacrifício ou abate quando for o caso.

**Artigo 31.** .....

**Artigo 32.** Fica proibida a permanência de animais em logradouros públicos.

**Artigo 34.** Os estabelecimentos, pensões para cães e gatos, escolas para cães e similares, poderão localizar-se dentro do perímetro urbano, fora das áreas estritamente residenciais, desde que cumpram as exigências da presente lei e de normas técnicas especiais, a critério da autoridade sanitária competente.

**Artigo 35.** Os estabelecimentos ou imóveis que mantenham cães, gatos e outros animais domésticos de companhia devem obedecer às condições mínimas seguintes:

I - Para manutenção de cães em residências é permitido:

a) Número máximo de animais por porte:

- a.1) Cães de pequeno porte: 03
- a.2) Cães de médio porte: 02
- a.3) Cães de grande porte: 01

II - Para manutenção de gatos em residências é permitido, o número máximo de 04 animais, por residência.



*Campo Mourão*  
Município

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



III - Canil, canil comercial e de pesquisa:

Dimensões mínimas do canil individual segundo tempo de permanência;

- a) Máximo de 30 (trinta) dias:
- a.1) Cães de pequeno porte - até 10 quilos: área mínima 01 metro quadrado;
  - a.2) Cães de médio porte - 11 a 20 quilos: área mínima 02 metros quadrados;
  - a.3) Cães de grande porte - acima de 20 quilos: área mínima 03 metros quadrados.
- b) Mais de 30 dias:
- b.1) Além da área mínima/animal/porte deve contar com uma área equivalente destinada a solarium, que deve ser contígua ao canil, com mecanismo que permita abrir ou fechar o acesso do interior para o exterior.

§ 1º Em caso de utilização de canis já existentes que não possuam solarium individual será permitido o uso de solarium coletivo, desde que contíguo aos canis já existentes, com área equivalente ao exigido por animal/porte.

§ 2º Adotar os métodos mais recentes e eficientes para evitar a proliferação de insetos como moscas, mosquitos, de roedores e exalação de odores, mantendo condições higiênico-sanitárias satisfatórias.

**Artigo 36.** Os salões de beleza para banho e tosa poderão localizar-se dentro do perímetro urbano, somente para animais de pequeno porte (cães e gatos) a critério da autoridade competente.

**Artigo 37.** As lojas de comércio de animais e de produtos de uso veterinário e similares, somente poderão localizar-se em áreas comerciais e industriais, mantendo condições higiênico sanitárias satisfatórias.

§ 1º As instalações para os animais expostos à venda deverão ser separadas das demais dependências.

§ 2º Quando a loja mantiver atendimento clínico para animais, as instalações para este fim deverão ser totalmente isoladas desta e com acesso independente.

§ 3º Não são permitidos quaisquer tipos de cirurgias nestes estabelecimentos.

**Artigo 38.** Os locais de criação de animais pecuários, só serão permitidos na zona rural onde deverão ser implementadas e mantidas nas normas constantes desta lei ou legislação específica, bem como adotar medidas que impeçam a proliferação de vetores e animais reservatórios de doenças infecciosas.

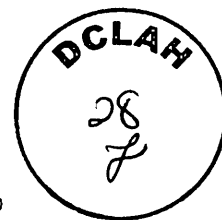
**Parágrafo Único.** A remoção deste locais será obrigatória, no prazo máximo de um ano, quando o local se tornar núcleo de populacional ou a critério da Autoridade Sanitária.



*Campo Mourão*

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
Cx. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL DO  
MUNICÍPIO Nº 839/2004

DE 07/05/2004

**DECRETO Nº 2949**  
**De 4 de maio de 2004**

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.410, de 4 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a criação, posse, guarda e controle populacional de cães e gatos no Município de Campo Mourão.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V do artigo 55 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com pareceres exarados no processo protocolizado sob nº 09794/2001,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica regulamentada a Lei nº 1.410, de 4 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a criação, posse, guarda e controle populacional de cães e gatos no Município de Campo Mourão.

**Art. 2º** As ações no sentido de prevenção, redução e eliminação das causas de sofrimento dos animais, constantes do inciso III do art. 2º da Lei nº 1.410/2001, serão executadas em caráter exclusivo aos animais encontrados errantes e/ou encontrados em vias públicas.

**Art. 3º** Quando houver transferência da posse de um animal, o novo proprietário deverá comparecer ao órgão municipal competente para solicitar a anulação do registro anterior e providenciar novo registro, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 1.410/2001.

**§ 1º** No caso de perda ou extravio da plaqueta de identificação ou da ficha de registro do animal, o proprietário deverá solicitar diretamente ao órgão municipal competente a respectiva segunda via do registro e nova plaqueta, mediante pagamento da taxa de registro previsto no Decreto Municipal nº 1.322/96.

**§ 2º** Em caso de óbito do animal registrado, cabe ao proprietário ou responsável, dar baixa do registro junto ao órgão municipal competente.

**§ 3º** Toda a verba arrecadada, com o registro de animais e/ou multas oriundas desta lei, deverão ser destinadas a fundo próprio, destinadas a manutenção e desenvolvimento do programa de captura de animais errantes e suas ações afins.

**§ 4º** O órgão municipal competente poderá solicitar auxílio de outras Secretarias Municipais afins, para realizar serviços de registro de animais.

**Art. 4º** A vacinação dos animais é de responsabilidade exclusiva do proprietário, ficando a cargo deste providências da mesma, assim como sua



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
Cx. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



comprovação, de acordo com o contido no art. 5º da Lei nº 1.410/2001.

**Art. 5º** Quando comprovado ato de fuga com agressão a terceiros, seus bens ou outros animais, causando danos materiais ou físicos, o proprietário sofrerá pena de multa no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis de acordo com a legislação federal em vigor.

**Art. 6º** A criação, alojamento e manutenção de animais em quantidade superior a dez animais acima de noventa dias caracterizará canil ou gatil comercial e o proprietário deverá ter licença para funcionamento do órgão competente da Administração Municipal.

**Art. 7º** Após aplicação das multas constantes na Lei nº 1.410/2001, essas poderão ser aplicadas em dobro a cada reincidência.

**Art. 8º** Ao proprietário que entregou o animal à pessoa inabilitada ficará sujeito também às penalizações do artigo 14 da Lei nº 1.410/2001.

**Art. 9º** A proibição a que se refere ao § 2º do artigo 15 da Lei nº 1.410/2001 também se aplicará quanto a permanência de cães e gatos em locais públicos ou privados de uso coletivo tais como teatro, clubes esportivos e recreativos, estabelecimentos comerciais, industriais e de saúde, escolas e transporte coletivo.

**§ 1º** Excetua-se ao "caput" do artigo 15 da Lei nº 1.410/2001 os cães guias - cães condutores de deficientes visuais.

**§ 2º** O deficiente visual deverá portar sempre documento original ou cópia autenticada fornecida por entidade especializada no adestramento de cães condutores, habilitando o animal e seu usuário.

**Art. 10.** O cadastramento das famílias referido no inciso III do § 2º do art. 17 da Lei nº 1.410/2001 será efetuado pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

**§ 1º** Para participar do programa de controle de natalidade, deverá o animal estar devidamente registrado.

**§ 2º** Para fins de controle da proliferação desordenada de cães e gatos, o Município fará avaliação das condições sócio-econômica da família através da Secretaria da Ação Social, que emitirá parecer relacionado à renda familiar para enquadramento.

**§ 3º** Para participar do programa, serão beneficiadas famílias que tenham como renda mensal até 1,5 salário mínimo vigente do país.

**Art. 11.** A municipalidade para tornar efetivo o controle da proliferação desordenada de cães e gatos da população carente, poderá realizar convênios com





*Campo Mourão*  
Município

**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
Cx. Postal 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



Clínicas, Hospitais Veterinários e Instituições de Ensino, visando a aplicação da Lei no que tange à castração, fornecendo elementos necessários para o conveniado arcar com os custos cirúrgicos.

§ 1º Caberá ao proprietário ou responsável pelo animal o transporte até o Hospital Veterinário e/ou Clínicas Veterinárias participante do projeto, assim como o respectivo pós-operatório do mesmo.

§ 2º A municipalidade não se responsabilizará por eventuais problemas ocorridos com o animal em virtude do ato cirúrgico e de seu pós-operatório, inclusive em caso de óbito.

**Art. 12.** Quando o fiscal municipal verificar a prática de maus tratos contra cães ou gatos deverá:

a) orientar o proprietário ou preposto para sanar as irregularidades nos seguintes prazos:

I - imediatamente

II - em sete dias

III - em quinze dias

IV - em trinta dias

§ 1º No retorno da visita, caso as irregularidades não tenham sido sanadas, deverá ser aplicada multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 2º Em caso de reincidência, o proprietário ficará sujeito a:

I - multa em dobro;

II - perda da posse do animal e/ou recolhimento do mesmo.

§ 3º O proprietário ou responsável pela guarda de um animal deve permitir o acesso do fiscal municipal ao local de alojamento do animal, em caso de denúncia relacionando doenças ou maus tratos.

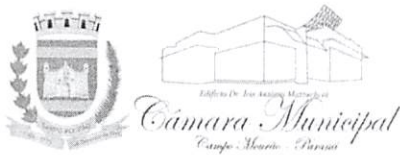
§ 4º Se impedido de ter acesso ao animal, o fiscal municipal poderá requisitar auxílio policial, podendo solicitar apoio do Ministério Público.

**Art. 13.** Em caso de animais portadores de doenças e/ou ferimentos graves, caberá ao Médico Veterinário do órgão municipal competente, após avaliação, decidir o seu destino, mesmo sem observar os prazos estipulados no artigo 6º do Decreto nº 1.322, de 18 de junho de 1996.

**Art. 14.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"**  
Campo Mourão, 4 de maio de 2004

Tauillo Tezelli  
**Prefeito Municipal**



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
Cx. Postal 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



Da: Presidência

Para: Coordenadoria de Assuntos Legislativos – CAL/DIJUR

1 - Registro ciência a Súmula nº 191/2018 de autoria do vereador Dr. Miguel -  
INDICAÇÃO LEGISLATIVA: ENVIAR A ESTA CASA DE LEIS, PROJETO DE LEI QUE,  
PROÍBE DEIXAR CACHORROS ACORRENTADOS E SEMPRE PRESOS.

2- Encaminhe ao DIJUR para parecer.

EDSON

BATTILANI:2755

9467920

Assinado de forma digital

por EDSON

BATTILANI:27559467920

Dados: 2018.12.04 13:46:14

**EDSON BATTILANI**

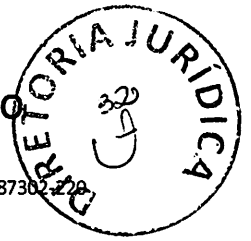
Presidente

Campo Mourão, 03 de Dezembro de 2018.



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-228  
Cx. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



**DIRETORIA JURÍDICA**

DE: DIRETORIA JURÍDICA  
PARA: PRESIDÊNCIA

PARECER Nº. 985 /2018  
Ref.: SÚMULA Nº 191/2018  
ORIGEM: VEREADOR DR. MIGUEL.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

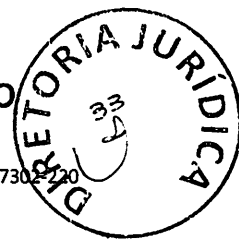
Atendendo a Vossa Determinação e considerando a competência atribuída a este órgão pela Lei nº 3.809/2017, e, art. 31 do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe aduzir o que segue:

u



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-720  
Cx. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



## **I - DO RELATÓRIO**

O Ilustre Vereador Miguel Batista Ribeiro apresenta **Súmula**, protocolizada sob o nº 191/2018 - Processo Digital nº 1887/2018 - que registra INDICAÇÃO LEGISLATIVA: “ENVIAR A ESTA CASA DE LEIS, PROJETO DE LEI, QUE PROÍBE DEIXAR CACHORROS ACORRENTADOS E SEMPRE PRESOS.”.

A Súmula em epígrafe foi protocolizada no dia 19 de novembro de 2018.

A Coordenadoria de Assuntos Legislativos certificou, em 23 de novembro de 2018, a existência de matéria registrada por outros Vereadores: **Indicação Legislativa nº 1695/2018 e Indicação nº 1880/2018.**

O Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico certificou, em 03 de dezembro de 2018, a existência da seguinte legislação municipal disponível sobre a matéria: Lei 1410/2001, Lei 2348/2008, Lei 2519/2009, Lei 3310/2013, Lei 3528/2014, Lei Complementar 15/2006 e Decreto 2949/2004.

Em 04 de dezembro do corrente exercício, a Súmula em comento foi encaminhada a esta Diretoria Jurídica.

É a síntese do essencial.

## **II - DO MÉRITO**

A Súmula requer o registro de **Indicação Legislativa**, com o escopo de instituir o “Projeto de Lei, que proíbe deixar cachorros acorrentados e sempre presos”.

Na mesma ordem de ideias, nada obstante a legislação municipal constatada pelo Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico, não se



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87300-220  
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



verifica a existência de prejudicialidade, haja vista tratar-se de legislação conexa, porém, distinta.

Contudo, segundo o certificado pela Coordenadoria de Assuntos Legislativos a **Indicação Legislativa nº 1695/2018** de lavra da **Vereadora Elvira Schen** trata do mesmo assunto da Súmula em epígrafe em seus artigos 1º e 2º, incisos II, VI e XVII, constituindo óbice a sua tramitação.

### III - DA CONCLUSÃO

*EX POSITIS*, esta Diretoria Jurídica se manifesta **contrária** à apresentação da presente Súmula, haja vista esta possuir o mesmo objeto da **Indicação Legislativa nº 1695/2018** de autoria da **Vereadora Elvira Schen**.

É o parecer, *sub censura*.

Campo Mourão, 06 de dezembro de 2018.

*Ulisses Lima Takarada*  
**Ulisses Lima Takarada**  
Procurador Jurídico  
OAB/PR 59.148



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220  
CX. POSTAL 421, C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR  
[WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR](http://WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR)



Da: Presidência

Para: Coordenadoria de Assuntos Legislativos – CAL

- 1- Registro ciência ao Parecer n°. 985/2018 que se manifesta contrária à apresentação da presente Súmula, haja vista esta possuir o mesmo objeto da Indicação Legislativa n° 1695/2018 de autoria da Vereadora Elvira Schen.
- 2- Adotem as providências cabíveis a esta Coordenadoria.



**SIDNEY RONALDO RIBEIRO**  
2° Vice - Presidente

Campo Mourão, 11 de Dezembro de 2018.